

## **O resgate de vozes femininas no romance de Maria José Silveira**

Carlos Magno Gomes\*

Elane da Silva Plácido\*\*

As narrativas contemporâneas que se voltam para revisar o passado têm se projetado como uma marca da literatura de autoria feminina contemporânea, pois particularizam questões estéticas e políticas associadas às denúncias de diferentes formas de abusos e opressões. Entre essas obras, está *Desmundo* (1996), de Ana Miranda, que narra as violências sofridas pelas órfãs portuguesas que eram enviadas para se casarem e construir família no Brasil Colônia. Também é exemplo *Um defeito de cor* (2006), de Ana Maria Gonçalves, que narra a história de Kehinde, capturada na África e escravizada, que consegue comprar sua liberdade e luta pela abolição da escravatura. A premissa de resgatar a voz de mulheres silenciadas atravessa essas duas obras e se coaduna com a necessidade de revisão do lugar de fala de mulheres anônimas que participaram ativamente de episódios históricos, mas foram apagadas dos livros.

O olhar da mulher e a proposta de revisão do lugar de fala se projetam como uma estratégia de ficcionalizar outros ângulos

\* Professor de Teoria Literária da Universidade Federal do Sergipe.

\*\* Doutoranda em Letras pela Universidade Federal do Sergipe.

da versão oficial. Por exemplo, a retomada de casos do silenciamento de mulheres que sofreram violência sexual tem sido outra estratégia de resgate que vale a pena destacar, visto que diversas autoras resolveram expor tal forma de aniquilamento. Seja em casos de “estupro incestuoso”, seja nos relativizados estupros matrimoniais, ou nas violações praticadas por conhecidos e estranhos, a literatura de autoria feminina tem questionado a perspectiva machista que ainda culpa a mulher por seu comportamento ou jeito de se vestir, conforme estudos de Eurídice Figueiredo (2019, 143).

No romance histórico de autoria feminina, a subjetividade por trás do cotidiano de mulheres anônimas é escolhida como uma porta para que possamos adentrar compartimentos que estavam fechados, mas ainda estão cheios de arquivos da opressão, que, apesar de violentos, precisam ser desengavetados, para que possamos debater sobre problemas de gênero que se estendem à contemporaneidade. Nessas obras, há uma triagem desses cômodos repletos de memórias esquecidas e silenciadas, que são resgatadas a partir de uma postura feminista que tem o mérito de tecer uma interpretação do passado, levando em conta a solidariedade feminina e reforçando o espaço da arte como lugar de resistência. Tal subjetividade é indispensável para revisitarmos as histórias privilegiadas nas narrativas oficiais, visto que “o passado realmente existiu, mas hoje só podemos ‘conhecer’ esse passado por meio de seus textos, e aí se situa seu vínculo com o literário” (Hutcheon: 1991, 168).

Partindo desse contexto, vamos analisar como Maria José Silveira, em *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* (2002), compõe um arrojado projeto de revisão histórica das violências de gênero

ao descrever personagens femininas que se negam a ser disciplinadas pelo princípio patriarcal da procriação. Sua obra repensa o lugar da mulher nos bastidores dos acontecimentos históricos, abrangendo a cronologia de 21 personagens centrais. Cada uma dessas mulheres faz parte de um contexto histórico que se inicia com o achamento do Brasil, em 1500, até o início do século XXI, a fim de tecer um painel de vozes silenciadas nos processos de colonização, independência e modernização do país.

Na ficção de Silveira, cada capítulo contextualiza um cômodo da história que vai ser aberto pela força do grito de mulheres isoladas em cárceres do silêncio. Ela retoma a violenta história dos abusos impostos às mulheres indígenas, negras e brancas e reconta esses episódios, deslocando a mulher das sombras do passado, visto que a maioria era vista como uma coadjuvante e, muitas vezes, apenas como um objeto de cena. Ao focar na personagem feminina, sua obra nos convida a entrar na intimidade de mulheres que pertenceram aos contextos do Brasil Colônia, dos anos em torno da Independência, além dos dias que retomam as tensões da República e da modernização do país, sem deixar de lado episódios totalitários dos governos de Vargas e da ditadura civil-militar, até desembocar nos tempos dos sonhos, que se iniciam com o movimento dos caras-pintadas e seus desdobramentos no século XXI.

Neste ensaio, detemo-nos em três episódios: a colonização, a escravidão dos nativos e a corte de D. João VI, momentos em que a mulher era violentada, escravizada e mantida em cárcere privado. Para isso, analisaremos as implicações da reescrita do passado, problematizando o lugar de cada personagem em para-

lelo às referências aos episódios históricos nos quais são descritas: Inaiá, a bela jovem índia que viveu entre 1500-1514, capítulo que retoma reflexões sobre a visão sexual da nativa brasileira; Maria Cafuza, a índia escravizada que perdeu a vontade de falar após sua violenta captura, retratando a escravização dos ameríndios para os engenhos do Nordeste, entre 1579-1605; e, por último, a jovem Damiana, que viveu entre os anos de 1789-1822, participava de saraus e era a favor da independência, mas foi silenciada por um marido opressor que a exilou em um convento.

Para discutir esse entrelaçamento entre história e literatura, retomamos algumas reflexões sobre a importância do uso da paródia como uma estratégia de reescrita do passado a partir do questionamento do presente. Segundo Linda Hutcheon (1991),

a paródia passou a ser uma estratégia muito popular e eficiente dos outros ex-cêntricos – dos artistas negros ou de outras minorias étnicas, dos artistas *gays* e feministas – que tenham um acerto de contas e uma reação, de maneira crítica e criativa, em relação à cultura ainda predominantemente branca, heterossexual e masculina na qual se encontram (p. 58).

Acerca do silenciamento dessas mulheres, resgataremos o debate sobre a subalternidade feminina, revista por Gayatri Spivak (2010) no livro *Pode o subalterno falar?*, no qual discute a invisibilidade do sujeito feminino a partir do discurso ocidental opressivo e hegemônico que impõe obediência à mulher e a todos que estão à margem. Em diálogo com essas pensadoras,

destacaremos as marcas do lugar de fala da mulher, articulado por Djamila Ribeiro (2019), como uma estratégia de visibilidade indispensável para a revisão da história das mulheres.

### **Diálogos entre história e literatura**

Em longos percursos da história, a mulher foi excluída e silenciada por ser marcada por estereótipos, discriminações e preconceitos que se sustentam pela desigualdade de gêneros. Nos textos hegemônicos, enquanto o masculino é visto como superior, a mulher é colocada à margem, sem direito à voz. Ela é estigmatizada por sua condição biológica e empurrada para o destino da procriação e submissão à virilidade masculina como destaca Mary Del Priore (2004):

Na tentativa de isolar os fins aos quais a natureza feminina deveria obedecer, os médicos reforçavam tão-somente a ideia de que o estatuto biológico da mulher (parir e procriar) estaria ligado a um outro, moral e metafísico: ser mãe, frágil e submissa, ter bons sentimentos etc. (p. 69).

Esses valores eram resguardados pelas instituições do Estado como a família e a igreja, no primeiro momento, e, com a modernização, a escola e a justiça. Os discursos reguladores eram recorrentes e tinham o objetivo de disciplinar, pois “verifica-se, com efeito, que a sociedade patriarcal determinou que os homens ocupam o espaço público enquanto as mulheres são restritas ao espaço privado da casa” (Figueiredo: 2020, 18). Nesse contexto,

a mulher que queria ser respeitada devia se comportar como um exemplo de mulher recatada, obediente e do lar. Por conta dessa “fragilidade” imposta, vivia como subordinada ao esposo e, muitas vezes, em relações abusivas, como veremos no romance de Silveira.

Com tais regras, o silenciamento das mulheres era naturalizado como uma marca da sociedade patriarcal. Questionando essa estratégia de invisibilização, Georges Duby e Michelle Perrot (1990) ironizam a ausência dos feitos femininos nos livros de história, quando propõem as seguintes reflexões: “Escrever a história das mulheres? Durante muito tempo foi uma questão incongruente ou ausente. Voltadas ao silêncio da reprodução materna e doméstica, na sombra da domesticidade que não merece ser quantificada nem narrada, terão mesmo as mulheres uma história?” (p. 7). Tais indagações são provocantes e assustadoras se pensarmos que, por séculos, esse silêncio não foi questionado, visto que, diante do poder masculino, “os dominados, no caso, as mulheres, não agem de forma livre e consciente, agem sob o efeito das formas prescritas pelo poder, disseminadas e inscritas em seus corpos” (Figueiredo: 2020, 19).

Esse tipo de silenciamento teve como desdobramento o apagamento da figura feminina das cenas históricas, narradas pelo princípio do heroísmo masculino e por práticas discursivas que desclassificam e estigmatizam a mulher. Nesse sentido, a história foi sendo o lugar de legitimação do poder masculino. Tal princípio das narrativas históricas foi usado como forma de exclusão das vozes feministas por meio do silêncio imposto. No Brasil, essas estratégias ficam bem claras quando resgatamos a luta pelos direitos das mulheres.

O direito à cidadania política – o direito ao voto – é alcançado pelas brasileiras em 1932, antes de vários países da Europa, como França e Itália. No entanto, não podemos deixar de reconhecer que as aspirações à cidadania no mundo do trabalho, as que buscam proporcionar iguais oportunidades entre homens e mulheres, passam por um demorado silêncio, interrompido entre 1979 e 1985 (Priore: 2004, 539).

Ao focarem no resgate de mulheres silenciadas, muitas escritoras e historiadoras, entre outras, têm se voltado para reverter esse apagamento nas últimas décadas. No caso do romance histórico, essa revisão é explorada por meio de estratégias estéticas. Por exemplo, na narrativa de Silveira, observamos a presença da ironia como uma das principais estratégias de revisão do passado e questionamento do ponto de vista masculino. Ao dialogar com o/a leitor/a, a narradora faz provocações sobre a desconfiança machista de históricas lideranças femininas.

Vocês estão surpreendidos por uma mulher assumir poder e mando naquela época? Pois não deveriam. Em qualquer época da história, em todo lugar, sempre houve mulheres de tanto poder quanto os homens. Sempre existiram, e não foram poucas. E a essas alturas já deu para perceber que as mulheres que povoaram esta terra nos primeiros dois e três séculos, que foram para as lonjuras do sertão, viver no mato no país que começava, não poderiam ser fracas e submissas como muitos gostariam de pintá-las (Silveira: 2002, 193).

Ao destacar a resistência e obstinação das mulheres que venceram as insalubridades da imensidade de um país que estava sendo habitado, Silveira abre um novo olhar para a história do desbravamento do Brasil. Assim, antes de tudo, suas personagens são mulheres que tiveram protagonismo em suas próprias existências. Esteticamente, essa obra se filia à perspectiva de revisão, pois observamos que “a escritora desloca a mulher do espaço da família para um lugar de fronteiras, para atualizar conceitos identitários” (Gomes: 2013, 4). Assim, a peculiaridade do relato de Silveira está na voz dessa narradora que questiona os estereótipos e em sua aproximação com as personagens femininas, rompendo com a neutralidade. Trata-se de uma obra na qual “não é a verdade do historiador que se pretende neutro, objetivo, é a verdade das emoções, dos afetos, dos sofrimentos das personagens, que se situam na história” (Figueiredo: 2020, 151).

Com essas peculiaridades próprias de um romance histórico, passaremos a analisar como a voz das personagens Inaiá, Maria Cafuza e Damiana é resgatada por Maria José Silveira.

### **Mulheres transgressoras e vozes silenciadas**

No primeiro capítulo de *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*, de Maria José Silveira, ao entrarmos em contato com a personagem indígena Inaiá (1500-1514), deparamo-nos com a representação da violência e com sua prática como parte da colonização. A primeira personagem da saga de mulheres anônimas relatada nessa obra foi morta ainda na juventude, aos 14 anos. Esse episódio é contextualizado a partir do olhar crítico da narradora, que desde os primeiros momentos desnuda as questões ideológicas por trás do silencia-



mento da mulher. Nesse caso, a obra descontrói a naturalização da índia como um objeto maculável. Historicamente, a autora nos coloca na cena da chegada dos portugueses à Bahia, parodiando a Carta escrita por Pero Vaz de Caminha:

as primeiras habitantes da nossa terra atraíam muito a vista, como ficou registrado por ninguém menos que o ilustre escrivão Pero Vaz de Caminha, no primeiro documento sobre a nova terra. Ele parecia não conseguir desviar os olhos delas, como descreve, sem poder esconder seu encantamento: “Tão moças e tão gentis, com cabelos muito pretos e compridos, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha” (Silveira: 2002, 22).

Ao identificarmos uma referência direta ao texto de Caminha, encontramos duas peculiaridades da narrativa pós-moderna: a proposta de revisão do passado e o ângulo narrado priorizado na fala da mulher, pois observamos que a narradora ironiza a forma como as índias são tratadas. A estratégia de entrelaçar documentos oficiais por um prisma ficcional fortalece esse lugar de revisão histórica. Vale destacar que essa opção narrativa é consciente e busca apontar para novas significações, visto que “o que a escrita pós-moderna, da história e da literatura nos ensinou é que a ficção e a história são discursos, que ambas constituem sistemas de significação pelos quais damos sentido ao passado” (Hutcheon: 1991, 122).

Por trazer o olhar questionador da narradora, o romance de Silveira destaca o retorno ao passado como um processo de ressignificações. Tal estratégia também desloca o olhar hegemônico da forma como as índias foram objetificadas nas cartas e documentos da época. Ao destacar um texto canônico, a obra de Silveira se projeta como uma recriação do passado pela perspectiva paródica. Nessa obra, observamos a reescrita do passado dentro de um novo contexto, o feminista, pois sua forma reflexiva, ao incluir as mulheres como protagonistas de suas próprias histórias, está construída por meio de um tom irônico, próprio das narrativas pós-modernas, presente nas interações da narradora ao/à leitor/a. Por exemplo, quando se discute a questão da beleza indígena.

E como era Inaiá? Bom. Inaiá nunca foi especialmente bonita. Bem sei que vocês gostariam que essa mulher com quem tudo começou, essa mãe quase mitológica, fosse, como um mito, perfeita. Mas não posso lhes dar essa satisfação, pois estaria faltando com a verdade, embora, é claro, essa afirmação seja relativa, tanto porque os ideais de beleza de uma tribo indígena da época não são certamente os nossos, como porque a beleza jamais foi uma verdade absoluta e sempre há os que acham feio alguém que a maioria acha bonito e os que acham bonito alguém que a maioria acha feio. Mas é bobagem querer idealizar a beleza dessa primeira mulher da família. Não precisamos disso. Basta saber que, de todas as maneiras, as primeiras habitantes da nossa terra atraíam muito a

vista, como ficou registrado por ninguém menos que o ilustre escritor Pero Vaz de Caminha, no primeiro documento sobre a nova terra (Silveira: 2002, 21).

A perspectiva crítica do olhar de revisão se projeta na estratégia literária do uso de um discurso que revisa os padrões. Longe de idealizar a personagem Inaiá, o texto desloca valores e questiona os discursos de silenciamento, pois encara o/a receptor/a e o/a questiona: “o leitor é obrigado a reconhecer não apenas a inevitável textualidade de nosso conhecimento sobre o passado; mas também o valor e a limitação da forma inevitavelmente discursiva desse conhecimento” (Hutcheon: 1991, 167). Tal provocação também aponta para um fazer literário que joga com as verdades anteriores, ficcionalizando dados históricos, quando identifica as lentes machistas que descrevem as nativas.

Essas considerações demonstram que o conhecimento do passado é exposto através dos discursos que problematizam o passado e já não há um olhar de consentimento e de culto da mulher exótica. Pelo contrário, o texto de Silveira aponta para a revisão crítica articulada por meio de um lugar de fala estratégica: o do romance histórico. A realidade torna-se plural ao questionar a única história oficial que nos foi imposta. Assim, no processo de reescrita, os fatos históricos estão sendo problematizados, pois o passado “é incorporado e modificado, recebendo uma vida e um sentido novos e diferentes. Essa é a lição ensinada pela arte pós-modernista de hoje” (Hutcheon: 1991, 45).

Os questionamentos e as reflexões na narrativa de Silveira escancaram o objetivo do colonizador em explorar o pau-brasil e

todas as riquezas que encontram: “O consórcio de cristãos-novos portugueses, a quem a Coroa portuguesa entregara a exploração da nova colônia, só queria dessa terra – como parece ter sido desde sempre seu inescapável destino – extrair o máximo de riqueza com a menor despesa possível” (Silveira: 2002, 27). Eles não estavam interessados em tratar os humanos das terras colonizadas como iguais, por isso a tônica do silenciamento da mulher indígena era reforçada por um discurso da colonização: “Representar os índios como bárbaros (seres inferiores, quase animais) ou demoníacos (súditos oprimidos do príncipe das trevas) era uma forma de legitimar a conquista da América” (Priore: 2004, 10).

A segunda personagem, Maria Cafuza, outra mulher vítima da história da escravização dos índios, é marcada pelo silêncio e trauma de sua captura aos cinco anos, quando viu seus pais serem mortos de forma devastadora.

Maria viu os pais morrerem sob tortura nas mãos do capitão do mato, João Tibiritê. Viu quando João arrancou as unhas de seu pai, enfiou uma peroba em seu ânus, furou seus dois olhos e deixou-o sangrando no chão. Viu quando o mesmo João, depois disso, se voltou para Filipa e lentamente foi cortando sua pele com um facão de ponta fina, de tal maneira que no final seu corpo em listras era uma fonte inundando de vermelho as folhas amontoadas no inocente chão milenar da mata (Silveira: 2002, 67).

A contextualização das formas cruéis de escravização indígena é destacada na narrativa de Silveira. Depois de órfã,

Cafuza nunca mais sorriu: “e por que haveria de sorrir? Na vida que levou, nunca houve o mais leve motivo para provocar nem que fosse uma rápida aragem capaz de desanuviar o drama feroz escondido sob seu rosto perfeito” (p. 67).

Essa personagem cresceu em meio às capturas de seus irmãos, que eram escravizados à custa de muito sangue. A figura do capitão do mato é retomada na obra. “Naquele verão de 1583, João Tibiritê conseguiu um bom número de escravos para levar a Pernambuco e lá acabou contratado para ficar um tempo trabalhando como capitão do mato” (p. 68). Esses primórdios da monocultura da cana-de-açúcar reforçam a relação da colonização com o acúmulo de riquezas e se opõem ao discurso da Coroa Portuguesa de catequização dos povos do Novo Continente.

Maria Cafuza se desenvolve em um contexto de violência colonial em que seus pais foram escravizados e, ao tentarem fugir, foram mortos com muita crueldade. Ela é uma voz silenciada que sofre pela violência. O sentimento de desgosto, raiva e ódio por ter perdido os pais a acompanhou por toda a sua vida. Formalmente, esse silenciamento é representado pelo trauma da perda da voz, pois ela não consegue mais falar. Para Spivak (2010), em contextos de opressão, a mulher subalterna é duplamente silenciada, pois é vista como ser de segunda classe: “se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (p. 15).

Maria Cafuza, além de escravizada, também teve uma vida de abusos, que eram naturalizados: “todas as tentativas de estupro – e foram muitas, pelo simples fato de Maria ser mulher num

ambiente daqueles” (Silveira: 2002, 71). Essa sexualidade imposta às mulheres ameríndias era retratada como uma condição colonial, pois os lusitanos repetiam o imaginário de que, chegando ao Brasil, teriam diversas mulheres “nuas e lânguidas, futuras mães de Ramalhos e Caramurus, todas a desafiar, com seus parceiros lascivos, a paciência e o rigorismo dos jesuítas” (Priore: 2004, 98).

Todavia, como uma transgressora, Cafuza não aceitava ser mãe: “Maria por duas vezes engravidou e por duas vezes, com a ajuda da Velha, abortou. Não podia tolerar sequer a ideia de colocar um filho no mundo. Jamais” (Silveira: 2002, 73). Além dos abusos sexuais, para mulheres que viveram nos primeiros anos da colonização, Silveira ressalta que houve um severo controle do discurso feminino, que ficou circunscrito a manifestações pessoais. Nesses casos, cabe destacar que emudecer é resistir. Para Djamilia Ribeiro (2019), “pensar lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia” (p. 89). Assim, o silenciar de Maria Cafuza pode ser visto como uma estratégia de resistência de não integração aos comandos dos colonizadores. Por esse ângulo, consideramos que seu silêncio é também uma manifestação de descontentamento com sua vida de cativo.

O questionamento das formas de silenciar e invisibilizar a mulher é retomado pela autora ao descrever os episódios em torno da personagem Damiana no final do século XVIII e início do XIX. Trata-se de uma mulher que se opõe a valores hegemônicos. Ela é a favor dos direitos humanos e é apresentada como uma mulher que possui ideias nacionalistas e gostava de escrever poesias. A personagem vive nos anos da pré-independência.

Bem informada, ela tinha acesso a jornais europeus que retratavam acontecimentos políticos e sociais. Nas questões locais, ela se alia aos amigos em manifestações de apoio aos insurgentes.

Declamam poesias, discutem os filósofos, pensam em conseguir fundos para continuar a impressão de um jornal que defenda a necessidade de o Brasil se tornar independente, como fizera o Correio Braziliense, impresso em Londres e contrabandeado para o país e que cessara de existir por falta de fundos. [...] Usam braçadeiras de luto quando os principais líderes pernambucanos são enforcados em praça pública e seus corpos mutilados com requintes de crueldade, como acontecera com o alferes Tiradentes. Ajudam a circular um manifesto clandestino contra a tirania (Silveira: 2002, 218-219).

Ao retomar as cenas políticas de uma colônia que debatia sua relação com Portugal, Maria José Silveira inclui, de forma precisa, a mulher nessas questões revolucionárias e agrega um novo olhar para a história do Brasil, deslocando as figuras masculinas para um segundo plano. Tal estratégia narrativa é recorrente em narrativas de autoria feminina que se opõem aos valores patriarcais. Trata-se de uma experiência estética que “não privilegia o prisma do sujeito universal, pelo contrário, defende o lugar de fala da mulher a partir das subjetividades e particularidades de sua performance social” (Zolin; Gomes: 2011, 09).

No caso do romance de Silveira, sua preocupação em resgatar outros olhares da história oficial reforça sua estratégia de

abrir espaço para a mulher atuante. Depois de se mostrar uma mulher atenta aos desdobramentos culturais e políticos do país, Damiana enfrentará a fúria de um marido que quer controlá-la a todo custo, tanto por valores morais – afastá-la do tio Mariano –, quanto por interesses políticos, como levar vantagens econômicas com a manutenção da dependência com Portugal.

Recriminava Damiana por levar uma vida pouco adequada para uma mulher de família e acusava Mariano e seu grupo de serem um bando de boêmios aproveitadores. Não concordava com as ideias que circulavam pela casa, que achava revolucionárias demais, independentes demais, um país de mestiços, afinal, deve ir com calma, deve se mirar no exemplo dos países de cultura mais elevada (Silveira: 2002, 221).

Mais uma vez, a narradora explora o tom irônico ao fazer referências ao discurso do esposo, que estava bem mais preocupado consigo do que com a “cultura mais elevada” do colonizador. Ele queria se tornar um homem reconhecido e aceito pela corte, e o posicionamento revolucionário da esposa poderia acabar com seus objetivos. Diante desses riscos, passou a ofuscar a postura de Damiana. Mesmo sendo aprisionada, ela continuava a ameaçar a carreira do marido, por estar relacionada à busca de liberdade. De acordo com Djamila Ribeiro (2019), “vozes dissonantes têm conseguido produzir ruídos e rachaduras na narrativa hegemônica, o que, muitas vezes, desonestamente, faz com que essas vozes sejam acusadas de agressivas justamente por lutarem contra a violência do silêncio imposto” (p. 48).



No romance, a mulher decidida e engajada com as lutas da independência passa a ser desqualificada: “Damiana, agora, é chamada de leviana, de dona de salão. Seus amigos são uns sem-vergonha. Suas poesias, escritos infantis. Seus hábitos, uma devassidão” (Silveira: 2002, 222). Por consequência, passa também a sofrer assédios morais e a viver um relacionamento abusivo imposto pelo marido: “Belchior, pela primeira vez, mandou que ela se calasse. Gritou-lhe que, em sua casa, quem mandava era ele e que o nome da filha seria o que ele escolhesse e estava acabada a discussão” (p. 220). Segue-se a violência física: “esperou Damiana no quarto e lhe deu um tapa no rosto” (p. 222). Para essa sociedade patriarcal, só interessava “corpo disciplinado” como modelo para as mulheres casadas, conforme destaca Elódia Xavier (2007) sobre a representação do corpo feminino na literatura brasileira.

Depois dessas agressões, sem ter direito de registrar o nome da filha que escolheu e diante da crescente violência, Damiana pede o divórcio, que é visto como mais um ato de desmoralização pelo marido, que a ameaça mais uma vez: “o que seria para ele e sua pequena filha a desonra e a ruína. Não queria tornar pública a infâmia, mas queria castigar a adúltera que organizava reuniões políticas republicanas em sua casa, em sua própria casa, casa de um súdito leal e honrado do rei” (Silveira: 2002, 223). Nesse caso, o marido busca uma justificativa para se livrar de Damiana, mantendo as aparências de um homem que controla sua família. Para Gomes (2013), “a literatura registra tanto as sutilezas como o horror da violência física e simbólica que sustentam a dominação masculina. Do término do casa-

mento ao assassinato brutal da mulher, a honra do patriarca dá sustentação à barbárie” (p. 2).

Vale destacar que esse episódio faz parte de um momento em que o país queria se modernizar, todavia os homens não queriam perder seu *status* social, apesar de haver uma proposta de se deixar para trás o “caráter marcadamente colonial, *atrasado, inculto e primitivo*. É bem verdade que os mesmos homens e grupos sociais continuavam garantindo suas posições estratégicas nos jogos de poder da sociedade” (Priore: 2004, 371). Damiana é um exemplo dessa “puxada de tapete” que muitos homens fizeram com suas companheiras que estiveram à frente no processo de luta pela independência.

O caso de Damiana é emblemático, pois a existência na corte demandava uma vida social badalada, que fazia parte da modernização dos hábitos culturais das elites locais. Todavia, as mulheres eram controladas pelos princípios misóginos que reservavam valores que privilegiam a honra masculina. No casamento, não havia espaço para se falar de liberdade e independência feminina, já que tal comportamento era visto como uma provocação aos valores patriarcais.

No imaginário social, o “adultério” sempre foi usado como um argumento para severas punições às mulheres, mas, na verdade, ele é motivado pela perversidade do sistema patriarcal interessado em controlar e punir aquelas que não se submetem à fidelidade ao marido, por isso o tema da traição era usado como uma condição para punições que iam de surras, cárceres privados ao feminicídio justificado pela honra, como destaca Del Priore (2004): “O adultério, com efeito, assombrava os homens

como um fantasma que podia aparecer nos lugares e nos momentos mais inesperados, aterrando suas mentes sempre apavoradas com o estigma de marido que não satisfaz sexualmente a mulher” (p. 48).

A punição sofrida por Damiana está relacionada à acusação de adúltera. De forma questionadora, a postura da narradora revisa esse discurso de culpabilização da mulher, quando ressalta que era direito de uma esposa descontente com um marido pedir divórcio.

Foi este seu trágico erro: deixar claro ao marido o que pretendia fazer. Não se espantem; o divórcio era possível no Brasil. Era, inclusive, pedido, sobretudo por mulheres. Embora a doutrina da Igreja católica considerasse o matrimônio como vínculo indissolúvel, os tribunais eclesiásticos das dioceses podiam decidir sobre separações e anulações matrimoniais, e os tribunais civis depois decidiam sobre a divisão dos bens entre os cônjuges separados (Silveira: 2002, 222-223).

A não aceitação do divórcio fez com que Belchior agisse de forma rápida e silenciosa, influenciando o padre a aceitar o envio de sua esposa ao convento. Essa opção era muito comum para homens que não queriam ser vistos como frágeis e desmoralizados socialmente por perderem o controle sobre a esposa. Manter a esposa exilada em uma instituição religiosa era uma forma de manter as aparências e uma tentativa de corrigir o gênio indisciplinado de Damiana.

Nesse caso, as regras sociais contribuíram para o silenciamento da mulher, já que cabia ao esposo o direito de comandar a vida da companheira. Sem poder conter o espírito de liderança de Damiana, ele usa de estratégias políticas para calá-la. Esse exílio forçado reforça o silenciamento dessa mulher que se opôs ao conservadorismo do marido e seus interesses políticos. Depois de doente, ela sucumbe distante da família e amigos. No entanto, seu discurso de resistência e sua força de não se entregar aos caprichos machistas do marido ecoam como uma alternativa de resistência.

Ao resgatar vozes de mulheres que foram emudecidas por um perverso sistema patriarcal, Silveira apresenta um projeto de uma literatura voltada para a alteridade e para a possibilidade de ouvirmos seus clamores de justiça. Spivak (2010) ressalta que essa política de resgatar a voz subalterna é uma das estratégias de revisão do passado, pois seus discursos precisam ser ouvidos, já que essas vozes questionam as “estruturas de poder e opressão”, que mantêm “o subalterno silenciado, sem lhe oferecer uma posição, um espaço de onde possa falar e, principalmente, no qual possa ser ouvido” (p. 12).

Ao produzir um texto ficcional que respalda vozes de mulheres anônimas, em diferentes contextos históricos, a literatura de Silveira reforça seu compromisso metaficcional de revisão do passado, conforme Hutcheon, sobretudo nas conversas provocadas pela narradora, quando identifica atitudes misóginas e machistas impostas às mulheres de cada um dos períodos históricos revistos, questionando a versão oficial.

## Considerações finais

O romance histórico de Maria José Silveira abre possibilidades para ouvirmos versões construídas por um olhar feminista que tenta escutar ecos de um passado de injustiças. Nesta breve análise, constatamos que a presença de uma narradora que vai tecendo críticas aos diferentes tipos de silenciamento é uma das principais estratégias para que as vozes apagadas da história sejam ouvidas pelo/a leitor/a. Essa performance narrativa e própria do romance pós-moderno tem como meta a revisão do passado conforme nos ensina Linda Hutcheon (1991).

Ficcionalmente, acompanhamos histórias de mulheres que fizeram parte de contextos sociais opressores como nos lembra a historiadora Mary Del Priore (2004). A crueldade da violência sexual imposta às nativas escravizadas e os perversos preceitos de relacionamentos abusivos para manutenção do controle familiar são retomados por Silveira de forma apropriada sem exagerar nas estratégias de resistências. Com isso, sua cuidadosa forma de entrelaçar história e literatura dá mais visibilidade às vozes de cada uma de suas personagens.

Assim, em *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*, o diálogo entre ficção e história se complementa por meio de redes intertextuais, que possibilitam uma produção literária compromissada com a revisão do lugar de fala da mulher. Apesar de as personagens analisadas terem sucumbido à violência machista, suas atitudes de resistência ecoam como gritos por justiça. Além disso, essa obra nos alerta de que não podemos mais aceitar versões históricas que só privilegiem o protagonismo masculino. Precisamos

ouvir esses gritos para desvendarmos injustiças socialmente naturalizadas na história do Brasil, sobretudo, contra as mulheres.

Outra questão levantada por essa obra diz respeito à possibilidade de repensarmos o quanto discursos de violência de gênero foram naturalizados como única alternativa de controle do corpo feminino. Por esse ângulo, sua narrativa pode ser vista como um contracanto das aventuras masculinas, pois se projeta como uma poética feminista a fim de possibilitar a audição das silenciadas por meio da desconfiância dos relatos oficiais como tão bem apontada pela narradora em diversos momentos: “Se em algum momento acharem que estou passando depressa demais pelos varões, não venham me acusar de feminismo tardio” (Silveira: 2002, 13).

Assim, ideologicamente, essa obra abre novas lentes para rever nosso passado, questionando as estratégias de apropriação e controle do corpo da mulher impostas pela colonização e mantidas pelos valores patriarcais como o estupro e o cárcere privado, que ainda reverberam de forma assustadora em nossa sociedade neste início do século XXI. Portanto, debater como o silenciamento da mulher foi naturalizado ao longo da história, conforme destacado por Maria José Silveira, contribui para que possamos ampliar nosso horizonte cultural pelo prisma de uma historiadora feminista que priorizou o lugar de fala da mulher.

## Referências

- DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente: a antiguidade*, vol. 1. Porto: Edições Afrontamento, 1990.
- FIGUEIREDO, Eurídice. “Violência e sexualidade em romances de autoria feminina”. *Interdisciplinar*, São Cristóvão, UFS, v. 32, pp. 137-149, jul-dez 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/12872>. Acesso em 28 set. 2021.
- FIGUEIREDO, Eurídice. *Por uma crítica feminista: leituras transversais de escritoras brasileiras*. Porto Alegre: Zouk, 2020.
- GOMES, Carlos Magno. “Marcas da violência contra a mulher na literatura”. *Revista Diadorim*, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 13, pp. 1-13, jul 2013. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/3981>. Acesso em 15 set. 2021.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. Coordenação de textos Carla Bassanezi. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- SILVEIRA, Maria José. *A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas*. São Paulo: Globo, 2002.
- SPIVAK, Gayatri Chakravoty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

- XAVIER, Elódia. *Que corpo é esse? O corpo no imaginário feminino*.  
Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2007.
- ZOLIN, Lúcia Osana; GOMES, Carlos Magno (Orgs). *Deslocamentos da escritora brasileira*. Maringá: Eduem, 2011.



## Resumo

As obras de autoria feminina contemporânea têm aberto o leque de representações das mulheres na literatura brasileira ao partirem do ponto de vista histórico para revisarem o passado. Em *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*, de 2002, Maria José Silveira resgata o passado de silêncio de várias gerações de mulheres a partir do século XVI até nossos dias, questionando o passado dentro de um novo contexto, o feminista. Considerando o pensamento de Linda Hutcheon (1991) sobre o diálogo entre ficção e história como discursos fronteiraços, discutiremos quais as estratégias de resgate dessas vozes e como essas memórias questionam a violência hegemônica imposta às mulheres. Partiremos das reflexões da crítica literária feminista acerca da revisão da subalternidade feminina, proposta por Gayatri Spivak (2010), dialogando com as reflexões de Djamila Ribeiro (2019) sobre o lugar de fala da mulher, pretendendo identificar as estratégias literárias que dão visibilidade à voz da mulher nessa obra de revisão histórica.

**Palavras-chave: violência; subalternidade; revisão feminista; romance histórico.**

## Abstract

Contemporary female authorship has opened up the range of representations of women in Brazilian literature by departing from the historical point of view to review the past. In 2002, Maria José Silveira rescues the silent past of several generations of women from the 16th century to the present, questioning the past within a new context, the feminist. Considering Linda Hutcheon's (1991) thinking about the dialogue between fiction and history as borderline discourses, we will discuss which strategies are used to rescue these voices and how these memories question the hegemonic violence imposed on women. We will draw contribution from the feminist literary critic's reflections

on the revision of female subordination, proposed by Gayatri Spivak (2010), together with Djamila Ribeiro's reflections (2019) on women speech's place, in order to identify the literary strategies that give visibility to the female voice in this historic revisionist work.

**Keywords: violence; subalternity; feminist revision; historical novel.**

*Submetido em 01 de novembro de 2021.*

*Aceito em 11 de novembro de 2022.*